

PRESIDENTE CONDENA IMPUNIDADE

Ele admitiu não ter como conter a violência, e defendeu ação conjunta dos três Poderes

O presidente Fernando Henrique Cardoso admitiu ontem em seu discurso, durante a solenidade de lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos, não ter como conter a violência. Após citar os recentes e diferentes massacres ocorridos no País, como o de Eldorado de Carajás (PA), Corumbiara (RO) e Carandiru (SP), o presidente desabafou: "E o que dói, o que clama hoje, não é o fato só de existir isso. É a impunidade." Para o presidente, os direitos humanos são o novo nome da liberdade e da democracia.

Os ministros militares não compareceram à cerimônia, assim como os líderes do governo no Congresso. Para o Programa Nacional de Direitos Humanos entrar em vigor, depende de aprovação de cada projeto de lei no Congresso.

Os parlamentares presentes pertenciam aos partidos de oposição e faziam questão de avisar que a ausência dos líderes do governo era um sinal claro das dificuldades a serem enfrentadas pelo Planalto para aprovação das propostas.

Fernando Henrique advertiu ainda que "a punibilidade na sociedade democrática não po-

de dispensar a lei, não pode dispensar o Judiciário, não pode dispensar certas formalidades que, muitas vezes, na indignação, as pessoas querem saltar sobre elas". E acrescentou: "Mas nós que já fomos vítimas de violência sabemos que o recurso ao Estado de direito é fundamental."

Após anunciar as medidas que estavam sendo encaminhadas ao Congresso, o presidente destacou uma delas: a que passa para a esfera federal o julgamento de crimes de violação dos direitos humanos. Com estas propostas aprovadas, explicou, o governo federal não terá mais desculpas para não atuar, sob a alegação de que não existem os meios legais.

"É preciso que haja uma ação conjunta do Ministério Público, do Judiciário, das polícias", pregou o presidente. "E não adianta acusação recíproca nesta matéria", afirmou Fernando Henrique, acrescentando que "o que adianta é o aperfeiçoamento contínuo nesta matéria, Executivo, Legislativo, Judiciário; Ministério Público, para que nós possamos avançar".

Segundo o presidente, "a sociedade respaldando esta ação encontrará um mecanismo legal

para que a punibilidade possa ocorrer de uma maneira mais responsável, mais rápida, dando um sentido de responsabilidade a todos nós".

Para mostrar as dificuldades de punição dos culpados pelos crimes contra os direitos humanos, o próprio presidente citou, em seu discurso, o caso ocorrido em Fortaleza (CE), quando um preso acusado de ser traficante de drogas morreu nas dependências da Polícia Federal. "Acabei de assinar um ato para reparar um caso de violência, de tortura e de morte, dentro de uma repartição federal, que foi o único do meu governo", desabafou o presidente, explicando que mandou punir o responsável. E, mesmo punido, acabou depois sendo reintegrado, porque existe uma legislação e existem outros órgãos que tomam decisões.

"Democracia implica nisto tudo", comentou o presidente Fernando Henrique, afirmando que não se pode deixar de reconhecer que o governo federal não se conforma com isso e ao reconhecer que houve uma violência, de alguma maneira, é preciso gritar para que a sociedade possa buscar um modo de terminar com ela.